



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6210 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 22 - Educação Especial

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: DOS DESLOCAMENTOS ÀS ALIANÇAS NA CONDUÇÃO DOS MODOS DE VIDA DA POPULAÇÃO DEFICIENTE

Carolina Pereira Noya - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Paula Xavier Scremin - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Marcia Lise Lunardi-Lazzarin - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: DOS DESLOCAMENTOS ÀS ALIANÇAS NA CONDUÇÃO DOS MODOS DE VIDA DA POPULAÇÃO DEFICIENTE

Em pesquisas desenvolvidas no âmbito do Curso de Mestrado em Educação, realizamos investimento com a intenção de situar o contexto político e social em que as políticas de inclusão escolar voltam-se para a formação do professor na atualidade e, com isso, discutirmos a nova configuração da Educação Especial, tomada como área de saber, que coloca em funcionamento a inclusão escolar. Para situar esse contexto político e social em que as políticas de inclusão escolar miram a Educação Especial, foram elencadas algumas dessas materialidades pesquisadas nas dissertações de mestrado para a escrita deste artigo, dentre elas destacamos: o documento orientador do programa *Educação Inclusiva: Direito à diversidade (BRASIL, 2005)*; *Ensaio pedagógico - Educação Inclusiva: Direito a diversidade (BRASIL, 2006)* e *Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2010)*.

O olhar endereçado para essa trama discursiva buscou por elementos que apontassem as condições de emergência do discurso da inclusão escolar para, com isso, entender de que maneira são agenciadas as alianças entre Educação Especial e a formação de professores para a constituição de escolas inclusivas. E ao que interessa a esta escrita o recorte foi para destacar como podemos perceber a condução das condutas da população deficiente, pela via da biopolítica, no deslocamento de ênfase nas práticas de Educação Especial na perspectiva das políticas de inclusão escolar. Percebemos um deslocamento de uma ênfase disciplinar para uma ênfase biopolítica, e nesse sentido, a Educação Especial nessa leitura, continua operando como mecanismo de normalização dos sujeitos deficientes.

Atualmente cursando o Doutorado em Educação, decidimos retomar partes dessas pesquisas para continuarmos pensando naquilo que nos afeta e interessa discutir que é a constituição da área da Educação Especial, olhada na perspectiva dos Estudos Foucaultianos em Educação. Por isso, nesta escrita somamos nossos investimentos de estudo para pensar como a captura da Educação Especial nos discursos de formação de professores para a

educação inclusiva, nos coloca a necessidade de resistir a uma forma de organização e condução da vida de uma população relacionada aos modos de vida neoliberal, anunciando que com isso podemos viver práticas de Educação Especial na escola pautadas em uma vida mais ética. Para tanto, nesse exercício de pensamento vamos operar a problematização na esteira da filosofia de Michel Foucault.

Uma das leituras possíveis do documento orientador do programa *Educação Inclusiva: Direito à diversidade* (BRASIL, 2005), nos leva a pensar: então, para que a inclusão “dê certo” precisamos formar professores engajados? Em tempos de inclusão escolar, os sujeitos são reposicionados e, com isso, passam a ser necessários novos procedimentos de controle, mediante as novas formas de governamentalidade que se apresentam na Contemporaneidade, assim, “é evidenciada a necessidade da ‘formação continuada em educação inclusiva’ para professores e equipes diretivas” (SARDAGNA, 2013, p.58, grifo da autora), para que com isso possamos: [...] **transformar** os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares (BRASIL, 2005, p. 09, grifo nosso).

Nesse excerto da materialidade escolhida, que será destacada ao longo deste texto em fonte itálica, conseguimos visualizar que na história da Educação Especial, temos a centralidade em uma grande verdade. Para autores da literatura tradicional do campo da Educação Especial, considerados precursores da área:

Na Antiguidade, os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas. Na Idade Média, o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido, o que era uma forma de exclusão. A Idade Moderna, associada ao surgimento do capitalismo, presencia o início do interesse da ciência, especificamente da medicina, no que diz respeito à pessoa com deficiência. Apesar da manutenção da institucionalização, passa a existir uma preocupação com a socialização e a educação. No entanto, persistia uma visão patológica do indivíduo que apresentava deficiência, o que trazia como consequência o menosprezo da sociedade. No final do século XIX e meados do século XX, surge o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte. Por volta da década de 1970, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal. O período atual é marcado pelo movimento da inclusão que ocorre em âmbito mundial e refere-se a uma nova maneira de ver a criança, de excludente da diferença para a de contemplar a diversidade. Podemos constatar que as diversas formas de lidar com as pessoas que apresentavam deficiência refletem a estrutura econômica, social e política do momento (MIRANDA, 2008, p. 30).

O termo “**transformar**”, grifado no excerto analítico anterior, está vinculado a essa concepção histórica da Educação Especial que, num resgate linear e simplista, passa de concepções excludentes – na Antiguidade, em que os sujeitos com deficiência eram abandonados à própria sorte – para práticas segregadoras – na Idade Média com a criação de instituições e conventos – e, posteriormente, para práticas integracionistas – com as classes e escolas especiais. No entanto, consideramos produtivo tensionar, o registro histórico e linear da Educação Especial, no qual se encontra a possibilidade de, com o advento da inclusão escolar, transformar os excluídos e os segregados em incluídos, essa na nossa leitura seria a grande verdade percebida nos discursos dos materiais elencados. Acreditamos que é produtivo colocar sob suspeita a própria noção evolutiva e linear das práticas de Educação Especial, bem como:

Entender como passamos de uma sociedade excludente para uma sociedade incluyente é uma necessidade, pois não significa que a inclusão esteja assegurada nessa sociedade incluyente e, é preciso também questionar se é possível esse imperativo se concretizar em sua totalidade e de uma vez para sempre. É preciso entender que a inclusão e a exclusão se alimentam e convivem em situações de trocas recíprocas, pois uma depende da outra para existir e cambiar posições (LOPES, 2013, p. 105).

Nesta escrita buscamos não tomar esse aspecto histórico e conceitual como o centro que levaria o sujeito de uma segregação a uma condição de inclusão como melhor opção para o seu desenvolvimento. Em outras palavras, acreditamos que precisamos ter cuidado para não tomar esse discurso como algo verdadeiro e indiscutível, para assim podermos movimentar outras peças e entender a produção da Educação Especial na Contemporaneidade, que se dá pela emergência da inclusão no contexto neoliberal. E para além disso, para que possamos nos relacionar com os sujeitos com deficiência de um outro lugar.

Parece-nos produtivo sinalizar que a própria área Educação Especial, passa por uma diluição, um esmaecimento frente às políticas de inclusão escolar. Esse esmaecimento da Educação Especial aponta para uma o refinamento e (talvez) fortalecimento da área da Educação Especial a serviço de políticas de inclusão escolar na racionalidade neoliberal. E é nesse sentido, que defendemos a discussão desse movimento para que possamos compreender como esses discursos alocados na lógica da biopolítica podem impossibilitar que os sujeitos vivam na sua potência de existência.

A Política Nacional de Educação Especial, assim como os *Marcos históricos e normativos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, apontam que “A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais” (BRASIL, 2010, p. 10). É destacada, no texto da Política, a ideia de que, por mais que no Brasil o atendimento às pessoas com deficiência tenha iniciado na época do Império, com a criação do Imperial dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, passando no início do século XX pela fundação do Instituto Pestalozzi, o atendimento das pessoas com deficiência continuava sendo uma preocupação periférica, sendo delegada a área da Educação Especial. Já que a educação das pessoas com deficiência era atribuída a serviços e políticas especiais “*nesse período, não se efetiva uma política de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de ‘políticas especiais’ para tratar da educação de alunos com deficiência*” (BRASIL, 2010, p.11, grifo do autor).

Passamos, então, a perceber que circulam nos documentos oficiais a noção de perspectiva da educação inclusiva e a polivalência dos saberes da área da Educação Especial, até o momento considerada a única responsável pela escolarização das pessoas com deficiência. Essa nova concepção é reforçada pela Convenção da Guatemala em 1999, ressaltando a importância do Decreto que promulga essa convenção, no Brasil, em 2001 “*Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização*” (BRASIL, 2010, p. 13).

Ao movimentar outras peças para poder entender a produção da inclusão na Contemporaneidade, percebermos que a emergência da perspectiva da educação inclusiva fez com que deixássemos de encontrar a centralidade da Educação Especial nos discursos

oficiais. Implicando, assim, na produção da necessidade de formação docente para a transformação da escola comum em escola inclusiva. Desse modo, a Educação Especial passa a ser produzida como uma área que perpassa todas as etapas e as modalidades de ensino da escola regular e, para além disso, passa a diluir seus saberes em outras áreas do conhecimento e sujeitos da escola. Não pretendemos com esse tensionamento, simplesmente imprimir uma relação de fatos, acontecimentos, situações ou datas; pelo contrário, a intenção é, com a problemática lançada, ressaltar alguns acontecimentos históricos importantes para a percepção do refinamento da Educação Especial frente à perspectiva da Educação Inclusiva, e consequente captura dessa área nesses discursos.

Um dos efeitos dessa captura da inclusão pode ser justamente tomar a Educação Especial frente à *perspectiva da Educação Inclusiva* no seu deslocamento de ênfase, que antes estava centrada em um poder disciplinar, no caso a Educação Especial olhando para o sujeito em si, na correção do corpo do deficiente, e que atualmente está nas políticas de inclusão. Temos aí um refinamento nesses processos, passa-se a regulamentar e a conduzir uma população de deficientes “Nesse sentido é preciso entender que as políticas de inclusão em geral, bem como as políticas de inclusão escolar, funcionam como potentes estratégias biopolíticas, que buscam garantir a segurança das populações, por meio da diminuição do risco social” (LOPES, 2013, p. 82).

O deslocamento é de um poder disciplinar, que era centrado na Educação Especial, para uma biopolítica, com o poder centrado atualmente nas políticas de inclusão escolar. Temos assim uma produtiva aliança para fazer a inclusão funcionar, com o agenciamento que se dá com a própria área da Educação Especial, que faz a defesa de que “*na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular*” [...] (BRASIL, 2010, p.20). Essa lógica da inclusão escolar em funcionamento se dá no deslocamento das práticas disciplinares para o que Foucault chamou de biopolítica.

Foucault caracteriza a biopolítica como uma nova tática de exercício do poder, que pôde emergir com a consolidação do poder disciplinar. Na medida em que esse último era uma tática individualizante, uma vez que se dirigia aos corpos dos indivíduos, o biopoder será uma tática dirigida ao controle de grupo de indivíduos, dirigido a uma população; será uma tecnologia de poder massificante (GALLO, 2015, p.333).

É nesse jogo em que ora a Educação Especial produziu saberes acerca dos sujeitos que deveriam estar institucionalizados, e ora produz discursos que corroboram com a ideia de Educação Inclusiva, que a área de saber – Educação Especial – passa por uma atualização. Nessa atual versão, a Educação Especial é refinada e reaparece nas políticas de inclusão escolar com outra “roupagem”. Entendo que a própria Política Nacional de Educação Especial é capturada pelo imperativo da inclusão, quando demarca a necessidade de convocação de todos pela via do convencimento em relação às vantagens dessa *nova perspectiva*. As vantagens da Educação Especial na *perspectiva da Educação Inclusiva* dão-se, basicamente, pelo viés do convencimento quanto à necessidade de transformação do sistema de ensino para a sua universalização. Assim, todos são convidados a participar da construção de uma sociedade menos excludente e justa, já que, de acordo com as políticas públicas para a inclusão “*Essa concepção questiona a exclusão social e demais formas de privilégios e de hierarquias das sociedades contemporâneas*” [...] (BRASIL, 2010, p. 16).

Resta saber, então, por que diante dessa ideia de *perspectiva inclusiva* para uma sociedade mais justa é produtivo tensionarmos e problematizarmos as questões da inclusão escolar e a captura da Educação Especial por essa lógica. Pode parecer mais correto aderir a

essa ideia, e que esse é o melhor caminho para a sociedade, no entanto, por mais arriscado que possa ser, preferimos ir além desse juízo de valor, e propor a compreensão e a problematização de como esse discurso foi constituindo-se, para assim produzir outros efeitos no âmbito das relações escolares com os sujeitos com deficiência. É necessário pensarmos se na lógica das políticas de inclusão conseguimos estabelecer relação de práticas de liberdade com esses sujeitos, se a população deficiente está vivendo uma vida mais ética.

No lócus da escola, a Educação Especial tem importante função e faz circular o discurso da inclusão como verdade incontestável e que diz respeito a vida dessa população apontando para como devem viver. É nesse espaço que esse processo entendido como um direito de todos é colocado em funcionamento, e passa a circular como verdade. Para Sardagna (2013, p. 45), a política de inclusão “envolvendo a todos, passa a ser uma política de regulamentação da vida da população que, na articulação das práticas, acaba por regular os fenômenos sociais”.

Assim nessa escrita buscamos apontar para a necessidade de pensarmos nas interfaces da inclusão compreendida “[...] no enquadramento mais amplo dos novos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos correntes no mundo contemporâneo. Isso significa assumir radicalmente a interdependência dos fenômenos sociais” (VEIGA-NETO, 2008, p. 16). Talvez com essa problematização, pode-se refinar essa discussão e perceber que a inclusão, na maioria das vezes, é compreendida nos discursos que circulam nos documentos oficiais, “[...] de forma binária, ou seja, incluídos são aqueles que estão do lado de dentro da escola regular; excluídos são aqueles que se encontram do lado de fora” (LOPES et al, 2010, p.23). Por isso, ao longo da escrita fomos defendendo que exclusão e inclusão não são processos contrários, e assumimos juntamente com outros autores da área a expressão in/exclusão, por compreender que:

Com o apagamento dos processos históricos que antes contribuíam fortemente para o reconhecimento do excluído e do incluído, sobram as condições frágeis do presente para podermos olhar, sempre de forma provisória, para aqueles que vivem sob a tensão da in/exclusão. Por isso, em nossos estudos, criamos a expressão in/exclusão, para mostrar aquilo que é peculiar ao nosso tempo, ou seja, atender à provisoriedade determinada pelas relações pautadas pelo mercado e por um Estado neoliberal desde a perspectiva do mercado (LOPES et al, 2010, p. 6).

Por fim, mobilizadas pela busca de encontrarmos formas mais livres de nos relacionarmos conosco e com os outros, em uma sociedade de competição, consumo e concorrência, apontamos para a potência de cada existência e para a necessidade de resistir a essa captura que nos coloca na relação dicotômica e dual do bom e do ruim, do que pode e do que não pode, do normal e do anormal, do excluído e do incluído. Algumas pistas para um próximo exercício de problematização que avance ao exposto no decorrer deste texto, indicam que diante da necessidade de olharmos para outras formas e outros modos de condução dessa vida inclusiva das pessoas com deficiência, podemos na esteira dos estudos de Michel Foucault buscar por uma vida de cuidado de si e conseqüentemente do outro, para uma vida mais ética, mais livre já que “não há outro ponto, primeiro e último, de uma resistência ao poder político senão na relação de si para consigo” (FOUCAULT, 2004, p. 306).

Palavras-chave: Educação Especial. Políticas de Inclusão Escolar. Biopolítica.

Neoliberalismo.

Referências:

BRASIL, *Educação Inclusiva: Direito a Diversidade*, Documento Orientador. Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC. Brasília. DF. 2005.

BRASIL, *Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, SEESP, 2010.

BRASIL. *Ensaios pedagógicos - Educação Inclusiva: Direito a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática de Liberdade. In: *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GALLO, Silvio. “O pequeno cidadão”: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. *IN: RESENDE, Haroldo de (Org). Michel Foucault: O governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (P. 329 – 344)

LOPES, M. C. **Inclusão & Educação**/Maura Corcini Lopes, Eli Henn Fabris. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LOPES, Maura Corcini. et. al. **Inclusão e Biopolítica**. Cadernos IHU Ideias. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO**. *Cadernos de História da Educação* – n. 7 – jan./dez. 2008.

SARDAGNA, Helena V. Da institucionalização do anormal à inclusão escolar. In: FABRIS, Elí T. H e KLEIN, Rejane R. (Org.) **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Neoliberalismo, império e políticas de inclusão. In: RECHIO, Cinara F. e FORTES, Vanessa G. (Org.). **A educação e a inclusão na contemporaneidade**. Boa Vista, editora da UFRR, 2008. P. 11 – 28.